



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

A Agência de Fomento do Paraná S.A., Fomento Paraná, é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. O Estado do Paraná é o principal acionista. O capital social da instituição é de R\$ 1,2 bilhão e poderá ser aumentado até o valor de R\$ 2,0 bilhões, por deliberação da Assembleia Geral.

A criação da Fomento Paraná foi autorizada em 1997, por meio da Lei Estadual nº 11.741, e seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil em 08/11/1999, conforme o documento DEORF/DIFIN-99/239.

Trabalhando em sintonia com a política estadual de desenvolvimento regional sustentável, a Fomento Paraná tem por finalidade fornecer apoio financeiro para iniciativas de modernização e ampliação das atividades de pequenas e médias empresas e pequenos empreendedores, do campo ou da cidade, de forma a estimular a geração de emprego e renda no Paraná. Nesse sentido, a empresa busca também impulsionar o desenvolvimento de negócios na área de inovação e tecnologia, concedendo crédito a empresas de base tecnológica, inclusive aquelas que passam por incubadoras.

Como instituição financeira, que é submetida à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e à fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN) e com vocação de administradora de ativos financeiros, a Fomento Paraná também tem entre suas atribuições a gestão financeira de fundos públicos estaduais, como o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), o Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM) e o Fundo de Aval Rural (FAR).

A Fomento Paraná atua na:

- a) Oferta de financiamento para empreendimentos sustentáveis, identificados como demandadores de crédito e associados a projetos do Estado no Paraná;
- b) Gestão de fundos de financiamentos específicos para o desenvolvimento do Estado;
- c) Execução de programas de financiamento, de caráter especial, de responsabilidade do Estado.

MISSÃO

"Promover o desenvolvimento sustentável através do apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense."

VISÃO DE FUTURO

"Ser referência como instrumento financeiro no apoio ao desenvolvimento sustentável do Paraná."

VALORES

"Ética, transparência, comprometimento, confiabilidade, cooperação e inovação."

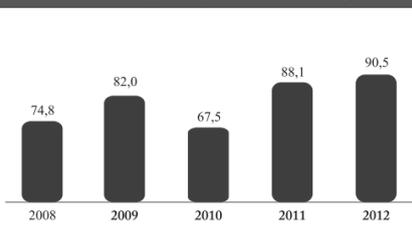
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Fomento Paraná apresentou um lucro líquido de R\$ 90,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o que representa um crescimento de 2,7% na comparação com o lucro líquido do exercício de 2011, que teve lucro líquido de R\$ 88,1 milhões.

A receita da intermediação financeira apresentou queda 8,5%, impactada pelo cenário econômico nacional, a partir da redução das taxas de remuneração das aplicações financeiras (SELIC/CDI) e das operações de crédito (TJLP), índice de referência para a remuneração de aproximadamente de 96% da carteira com operações de crédito.

Em 2012, as outras receitas operacionais somaram R\$ 8,3 milhões, deste total, R\$ 6,2 milhões são decorrentes de evento não recorrente, tendo em vista a reversão da dedução para contingência fiscal. Neste período foi registrado depósito de renda e contribuição social sobre o lucro, em função da dedução fiscal do pagamento de contingência fiscal de R\$ 4,6 milhões e do registro de R\$ 72,3 milhões de juros sobre o capital próprio. Estes eventos compensaram a queda da receita da intermediação financeira, com efeito positivo para o crescimento do lucro do exercício.

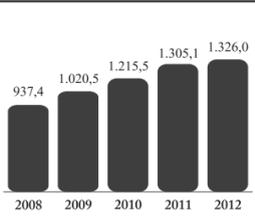
Lucro Líquido (Milhões de Reais)



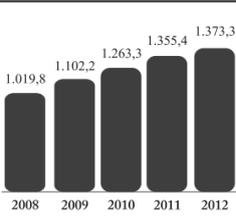
O patrimônio líquido totalizou R\$ 1.326,0 milhões em 2012, com aumento de 1,6% em comparação ao ano anterior, quando atingiu R\$ 1.305,1 milhões, resultando em rentabilidade média anualizada de 6,9%.

Os ativos totais da Fomento Paraná apresentaram saldo de R\$ 1.373,3 milhões em dezembro de 2012, um incremento de 1,3% em relação a dezembro de 2011, quando somavam R\$ 1.355,4 milhões. Deste total, 49% são representados pela carteira de títulos e valores mobiliários, totalmente lastreada em Títulos Públicos Federais, 50% pela carteira de crédito, composta por operações do setor público (95%) e setor privado (5%). Os demais ativos representam apenas 1%.

Patrimônio Líquido (Milhões de Reais)



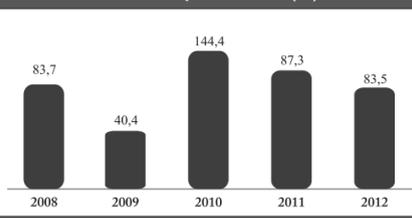
Ativo Total (Milhões de Reais)



Os Limites Operacionais da Fomento Paraná ficaram acima dos níveis mínimos de aceitação instituídos pelo Banco Central. O coeficiente de adequação de capital (Índice de Basileia) apurado em 31/12/2012 foi de 83,5%.

Esse patamar é bastante confortável em relação ao mínimo exigido pelo BACEN, que é de 11%, e em relação à posição prudencial média verificada no segmento bancário brasileiro que, em setembro de 2012, era de 16,0% (Índice de Basileia médio ponderado pelos ativos dos 20 maiores bancos comerciais) e de 20,3% dos Bancos Regionais de Desenvolvimento.

Limites Operacionais (%)



PROGRAMAS DE CRÉDITO

Como instituição de fomento, a Fomento Paraná dá prioridade no atendimento às micro e pequenas empresas (pessoa jurídica) e aos empreendimentos informais (pessoa física), oferecendo financiamento para investimentos por meio do programa Banco do Empreendedor e seu subprograma Crédito Solidário. A Fomento Paraná também implementou medidas operacionais para melhorar ainda mais o atendimento às empresas através da aplicação de recursos próprios e do repasse de recursos do sistema BNDES. A empresa busca um modelo de sustentabilidade financeira e institucional que permita o cumprimento de sua missão e, ao mesmo tempo, viabilize o acesso ao financiamento por empreendedores interessados.

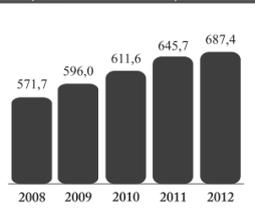
Atualmente em programas de crédito destinado ao setor público e privado, a Fomento Paraná possui atualmente operações vigentes em 380 dos 399 municípios paranaenses. Em dezembro de 2012 a empresa atingiu um montante de R\$ 687,4 milhões em sua carteira de crédito, valor 6,5% superior ao montante de R\$ 645,7 milhões, registrado no mesmo período de 2011.

Do total da carteira, 24% apresentam prazo de vencimento de até 1 ano e 76% estão acima deste período, e 87% estão classificados nos ratings de risco "AA e A".

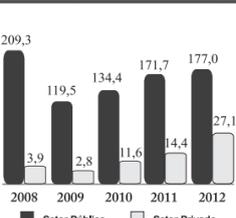
O crescimento registrado na carteira de crédito é resultado da nova política de expansão da instituição, buscando a ampliação das carteiras de setor público e privado, com recursos liberados em 2012 na ordem de R\$ 204,1 milhões - um acréscimo de 9,7% em relação a 2011, quando foram liberados R\$ 186,1 milhões.

O saldo da carteira de operações de crédito da Fomento Paraná com o setor público em 31 de dezembro de 2012 era R\$ 654,0 milhões e nenhuma parcela estava em situação de inadimplência nesta data.

Carteira de Crédito (Milhões de Reais)



Liberações de Recursos (Milhões de Reais)



As operações com o setor público envolvem 337 municípios. Os dez municípios com as maiores operações concentraram 32,9% do total da carteira vigente, valor que está abaixo do limite de 35% recomendado na política de crédito da instituição. As operações do município com maior volume de recursos em financiamentos concedidos representam apenas 4,1% do capital destacado para estas operações, que é de R\$ 1,1 bilhão.

No setor privado, a Fomento Paraná fechou o ano com operações que somam R\$ 33,4 milhões, que foram destinadas principalmente a empresas do setor de comércio (54,4%) e para pessoas físicas (30,5%). A indústria foi atendida com (7,8%) dos valores e outros serviços com (7,3%).

Na carteira total do setor privado, de R\$ 33,4 milhões, a concentração de recursos concedidos aos dez maiores clientes diminuiu de 7,9% em dezembro de 2011 para 5,60% nesta data-base. Destaca-se que a quase totalidade dos 10 maiores clientes dessa carteira tem quitado suas parcelas sem atraso.

Os demais clientes do setor privado não apresentam atrasos relevantes. O número de parcelas vencidas acima de 90 dias na carteira do setor privado soma R\$ 314 mil, o que representa apenas 0,93% dessa carteira.

I - Programa Banco do Empreendedor e Programa Crédito Solidário

O Programa Banco do Empreendedor e o subprograma Crédito Solidário são instrumentos criados para promover e estimular empreendimentos de micro e pequeno porte no Estado, por meio de uma estratégia que combina o crédito fornecido pela Fomento Paraná com ações de capacitação dos empresários desenvolvidas pelo Programa Bom Negócio Paraná, que está sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e Assuntos do Mercosul.

O Bom Negócio Paraná multiplica a experiência bem sucedida implantada em Curitiba, onde a oferta de cursos gratuitos de capacitação auxiliou no fortalecimento de pequenos negócios, com reflexos visíveis na área econômica e social.

Para esta operação, o Banco do Empreendedor conta com a parceria de diversas secretarias estaduais, em especial a Secretaria da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul e a Secretaria da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, entidades representativas do setor empresarial, em um arranjo que disponibiliza a capacitação para empresários e agentes de crédito nos municípios, viabilizando o acesso aos financiamentos da Fomento Paraná.

A Fomento Paraná também desenvolveu um curso de formação de agentes de crédito em parceria com a Secretaria de Administração Tributária, em Curitiba.

Desde junho de 2012, o curso já capacitou 270 pessoas em oito turmas.

A Fomento Paraná também criou uma Unidade de Atendimento ao Cliente, para levar crédito e taxas mais baixas até o micro e pequeno empreendedor do Paraná, com agentes de crédito capacitados para oferecer as linhas de financiamento especiais para os empresários formais e informais e aos empreendedores já capacitados pelo Programa Bom Negócio Paraná.

O programa Banco do Empreendedor atende aos empreendedores por meio de linhas de crédito apropriadas ao seu porte, seu ramo de atividade e objetivo do financiamento, descritos a seguir:

a) Microcrédito

Criado a finalidade de apoiar microempreendedores excluídos do sistema tradicional de acesso ao crédito e estabelecidos formalmente (Banco do Empreendedor) ou informalmente (pelo subprograma Crédito Solidário), o microcrédito representa importante instrumento para a geração de trabalho e renda no Estado e está disponível em todas as regiões do território paranaense.

Desde 2001 foram liberados mais de R\$ 163 milhões em financiamentos, que envolvem a aprovação de mais de 38.500 contratos.

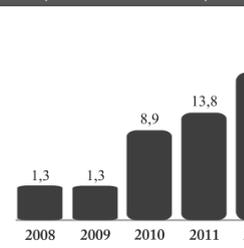
Durante o ano de 2012, a Fomento Paraná aplicou R\$ 24,7 milhões em operações de microcrédito, um aumento significativo quando comparado a 2011, quando foram liberados R\$ 13,2 milhões. As operações englobaram os vários segmentos da economia, buscando atender às diretrizes estratégicas do governo do Estado de impulsionar o desenvolvimento econômico e social em todas as regiões.

Entre as liberações feitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, R\$ 3,6 milhões envolveram recursos próprios e R\$ 21,1 milhões envolveram repasses do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Caixa Econômica Federal.

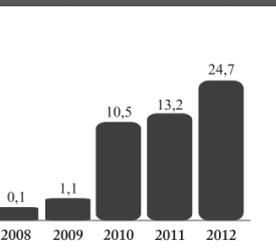
A carteira de operações do microcrédito apresentou saldo de R\$ 25,2 milhões em dezembro de 2012, o que representa um aumento de 82,6% em comparação ao mesmo período de 2011.

Nesse exercício foram beneficiados 2.674 empreendimentos, sendo 5,8% do setor industrial, 51,4% do comércio, 6,6% de serviços e 36,2% representados por Pessoas Físicas, com expectativa de geração de 2.039 empregos. Essas operações atenderam 138 municípios.

Carteira de Microcrédito (Milhões de Reais)



Liberações de Microcrédito (Milhões de Reais)



b) Pequena Empresa

A Fomento Paraná lançou, em 2009, o Programa Bom Emprego Pequena Empresa (Probem), com uma linha de crédito destinada a apoiar projetos de modernização e expansão de pequenas empresas. Em 2012, esse programa foi incorporado ao Programa Banco do Empreendedor e passou a chamar-se Banco do Empreendedor Pequena Empresa (BemPR).

Com recursos próprios, essa linha da Fomento Paraná tem também como característica a possibilidade de equalizar a taxa de juros (a partir de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE), para empresas que mantêm a quantidade de empregos em seus projetos. Neste caso é possível redução de 5 pontos percentuais ao ano na taxa de financiamento.

Em 2012, esse programa atendeu 20 empreendimentos estabelecidos em 13 municípios diferentes, sendo contratados R\$ 2,6 milhões. Entre as empresas beneficiadas, 15% atuam no setor industrial, 50% no comércio e 35% do setor de serviços. Os empresários atendidos informaram que a expectativa é de que sejam abertos 82 novos postos de trabalho.

c) Banco do Empreendedor - Taxista

No segundo semestre de 2012, a Fomento Paraná lançou a linha de crédito Banco do Empreendedor - Taxista para financiar a compra ou adaptação de veículos utilizados na prestação de serviços de Táxi nos municípios paranaenses, bem como incentivar a capacitação destes prestadores de serviço mediante oferta de condições especiais de crédito.

O crédito está à disposição de pessoas físicas, titulares de autorização, permissão ou concessão do poder público para exercer, comprovadamente, em veículo de sua propriedade, a atividade de condutor autônomo de passageiros, na categoria Táxi, devidamente registrado nos órgãos municipais competentes que regulam a atividade.

Nesta linha, as taxas de juros disponíveis são reduzidas para os profissionais de táxi que nos últimos cinco anos participaram de algum dos cursos de capacitação do Programa Bom Negócio Paraná, Bom Negócio Curitiba, ou do Bom Negócio Araucária. E ainda de qualquer das características do Programa Taxista 10 (Sest/Sat) ou da Capacitação de Taxistas Empregados (Sebrae-PR).

II - Programas de financiamento ao setor público

a) SFM - Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Paraná

Financiamentos destinados à promoção do desenvolvimento urbano, de serviços básicos e bens públicos necessários à modernização da estrutura dos municípios. O programa é operacionalizado em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano - SEDU e seu ente vinculado, o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE. Desde 2002 foram contratados R\$ 1.347,2 milhões, por meio de 2.215 contratos, tendo sido liberados R\$ 1.166,6 milhões até 31 de dezembro de 2012. O capital destacado para operações nesse sistema é de R\$ 999 milhões.

b) PROMAP - Programa de Apoio à Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras

Instituído em maio de 2006, o PROMAP tem como objetivo, financiar a renovação e expansão do parque de máquinas e equipamentos rodoviários dos municípios. O programa também é operacionalizado mediante termo de cooperação técnico-operacional firmado com a SEDU e o PARANACIDADE, tendo contratado, desde 2006, R\$ 148,7 milhões através de 528 contratos. O PROMAP liberou R\$ 148,7 milhões até 31 de dezembro de 2012. O capital destacado para operações nesse programa é de R\$ 133 milhões.

III - Repasses de Recursos do BNDES

A Fomento Paraná também operacionaliza o repasse de recursos oriundos do BNDES/FINAME, para apoio e financiamento de projetos do setor privado. Isso é feito por meio das linhas BNDES Automático e Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI), além de outros programas relacionados à sua missão. A empresa atua sempre em conformidade com suas diretrizes estratégicas e respeitando a condição de sustentabilidade financeira exigida de uma instituição participante do Sistema Financeiro Nacional.

No segundo semestre de 2012, foram iniciadas as primeiras operações para repasse de recursos para as empresas de micro, pequeno e médio porte, especialmente nas modalidades de BNDES Automático e Programa BNDES PSI. Em 2012 foram liberados recursos no montante de R\$ 188 mil, referentes a uma operação de empresa que atua no setor industrial em Pirai do Sul.

RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E GESTÃO DE FUNDOS

Diversificando suas atividades como instituição financeira, além de estruturar e operar financiamentos, a Fomento Paraná atua na gestão operacional e financeira do Fundo de Aval Rural - FAR, do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e do Fundo de Equalização do Microcrédito - FEM. Também é responsável pela gestão e cobrança da carteira de ativos pertencentes ao Estado do Paraná, oriundos do processo de monetização do Banco do Estado do Paraná - Banestado.

I) Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná - FAR

A Fomento Paraná é gestora do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná. Esse fundo foi instituído pela Lei Estadual 14.431/2004 com a finalidade de prover recursos financeiros para garantir os riscos das operações de financiamento contratadas com agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF junto à rede bancária conveniada. Participam deste convênio o Banco do Brasil S.A. e o Governo do Estado do Paraná, por meio da Fomento Paraná, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.

II) Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE

Fundo destinado a apoiar o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Paraná mediante apoio financeiro às empresas. Na Fomento Paraná, o fundo é utilizado para concessão de subvenção econômica ao Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários e Programa Bom Emprego Pequena Empresa, nas modalidades de equivalência em produto e equalização de taxas de juros, respectivamente.

Como gestora do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), a Fomento Paraná foi responsável por viabilizar a negociação e a contratação do financiamento junto ao BNDES para assegurar a execução das obras de modernização do Estádio Joaquim Américo, pertencente ao Clube Atlético Paranaense, para que a capital paranaense possa ser uma das sub-sedes dos jogos da Copa do Mundo FIFA - Brasil 2014. Dadas as características da operação, houve a necessidade de desenvolver uma estruturação financeira complexa, com a utilização de ferramentas de *project finance*. A contratação foi finalizada em dezembro de 2012.

III) Fundo de Equalização do Microcrédito - FEM

No segundo semestre de 2012, deu-se início à atividade de gestão do Fundo de Equalização do Microcrédito - FEM. Esse fundo foi instituído pelo Governo do Estado com a finalidade de prover recursos financeiros à Fomento Paraná para promover a equalização das taxas de juros ao percentual máximo de 5,1 pontos percentuais ao ano, aplicados às operações de microcrédito, que apresentam taxas que variam entre 6,6% a 8% ao ano. O objetivo com isso é democratizar e socializar o acesso ao crédito e aumentar a competitividade das atividades econômicas desenvolvidas por microempreendedores do Estado.

IV) Cobrança de Ativos e Bens

A Fomento Paraná também é responsável pela cobrança da carteira de contratos e bens do Estado do Paraná, denominados "Ativos do Estado", originários da operação de venda do Banco do Estado do Paraná S.A., desde 28/03/01.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com o objetivo de reforçar seu papel de parceiro fundamental para o desenvolvimento do Paraná, a Fomento Paraná estabeleceu como prioridade para o período de 2011-2014 um conjunto de grandes temas. Entre eles destaca-se o esforço para modernização e ampliação das áreas de atuação para atender especialmente os micro e pequenos empreendimentos no estado. Esta estratégia vem sendo executada por meio da remodelação dos produtos e linhas disponíveis, associadas à diversidade de negócios do campo e da cidade, observadas a adequada relação entre risco e retorno e as diretrizes do Plano de Metas 2011-2014.

A atuação da Fomento Paraná, como parceira no desenvolvimento sustentável, dá-se, em especial, com ênfase no fortalecimento e expansão da base produtiva paranaense através do Programa Banco do Empreendedor. E da mesma forma, com o fortalecimento dos financiamentos oferecidos ao setor público, em especial às prefeituras municipais, visando atender à sua missão estratégica de "promover o desenvolvimento sustentável através de apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense".

Para alcançar seus objetivos e atingir as metas do planejamento estratégico, a empresa atua em várias frentes de gestão. A adoção permanente de boas práticas de governança corporativa de pessoas e de logística, o estreito relacionamento com o mercado e a ampliação de parcerias, a revisão e consolidação dos processos e normas internas, bem como a modernização do parque de tecnologia da informação, serão fundamentais para o sucesso desse planejamento.

Na busca por expandir o relacionamento com clientes, a Fomento Paraná firmou parceria com o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), pela qual as 110 agências do Sicoob espalhadas pelo Paraná passarão a atuar como correspondentes da Fomento Paraná, oferecendo as linhas de crédito do Banco do Empreendedor aos seus cooperados.

O principal instrumento para o alcance dos compromissos expressos no Planejamento Estratégico 2011-2014, em aderência ao Plano de Metas para a atual gestão, é a assinatura anual do Contrato de Gestão, firmado entre o quadro diretivo e todos os funcionários da instituição, com a finalidade de pactuar com cada dirigente e com todos os colaboradores, os objetivos, metas, indicadores e produtos que foram apresentados em programas e projetos no Planejamento, a serem cumpridos e monitorados de forma eficiente, eficaz e efetiva.

A Diretoria





Agência de Fomento do Paraná S.A.

CNPJ nº 03.584.906/0001-99
Av. Vicente Machado nº 445 - 4º andar - 80420-010 - Curitiba/PR



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

	2012	2011		2012	2011
ATIVO			PASSIVO		
Circulante	799.453	787.354	Circulante	10.095	21.699
Disponibilidades	28	17	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (Nota 3j e 9)	1.826	772
Títulos e valores mobiliários (Nota 3c e 5)	623.766	628.710	BNDES	140	59
Carteira própria	620.477	627.378	CEF	1.637	666
Vinculados à prestação de garantias	3.289	1.332	FINAME	49	47
Operações de crédito	163.003	158.187	Outras obrigações (Nota 10)	8.269	20.927
Operações de crédito (Nota 3d e 6)	164.913	159.871	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2	4
Setor público	149.083	148.440	Sociais e estatutárias	1.055	6.037
Setor privado	15.830	11.431	Fiscais e previdenciárias	1.280	12.379
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3e, 6d e 6e)	(1.910)	(1.684)	Diversas	5.932	2.507
Outros créditos	12.584	352			
Diversos (Nota 7)	12.584	352			
Outros valores e bens	72	88			
Realizável a longo prazo	572.920	567.557			
Títulos e valores mobiliários (Nota 3c e 5)	48.679	81.035			
Carteira própria	41.674	76.569			
Vinculados à prestação de garantias	7.005	4.466			
Operações de crédito	519.604	482.552			
Operações de crédito (Nota 3d e 6)	522.520	485.859			
Setor público	504.919	475.749			
Setor privado	17.601	10.110			
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3e, 6d e 6e)	(2.916)	(3.307)			
Outros créditos	4.637	3.970			
Diversos (Nota 7)	4.637	3.970			
Permanente (Nota 3g e 8)	909	491			
Investimentos	2	2			
Outros investimentos	2	2			
Imobilizado de uso	863	452			
Outras imobilizações de uso	1.920	1.354			
(-) Depreciações acumuladas	(1.057)	(902)			
Intangível	38	-			
Ativos intangíveis	42	-			
(-) Amortizações acumuladas	(4)	-			
Diferido	6	37			
Gastos de organização e expansão	257	257			
(-) Amortizações acumuladas	(251)	(220)			
Total do ativo	1.373.282	1.355.402	Total do passivo	1.373.282	1.355.402

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2012		2011	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	%
Receita da intermediação financeira	63.051	134.049	146.440	
Operações de crédito (Nota 3d)	37.160	74.236	72.479	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 3c)	25.891	59.813	73.961	
Despesas da intermediação financeira	(923)	(1.877)	(1.274)	
Operações de empréstimos e repasses	(658)	(1.034)	(231)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3e, 6d e 6e)	(265)	(843)	(1.043)	
Resultado bruto da intermediação financeira	62.128	132.172	145.166	
Outras receitas/despesas operacionais	(25.234)	(34.503)	(38.442)	
Despesas de pessoal	(7.221)	(13.196)	(9.489)	
Outras despesas administrativas (Nota 14)	(14.962)	(21.288)	(16.241)	
Despesas tributárias (Nota 15)	(2.928)	(6.236)	(6.833)	
Outras receitas operacionais (Nota 16)	1.247	8.345	1.713	
Outras despesas operacionais (Nota 17)	(1.370)	(2.128)	(7.592)	
Resultado operacional	36.894	97.669	106.724	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	36.894	97.669	106.724	
Imposto de renda e contribuição social (Nota 3k e 12)	7.495	(5.947)	(18.185)	
Provisão para imposto de renda	5.556	(4.324)	(13.269)	
Provisão para contribuição social	1.939	(1.623)	(4.916)	
Participações estatutárias no lucro	(1.228)	(1.228)	(446)	
Lucro líquido	43.161	90.494	88.093	
Juros sobre o capital próprio (Nota 13c)	(61.042)	(72.284)	(59.989)	
Número de ações	1.159.697	1.159.697	1.118.105	
Lucro líquido por ação do capital social - (em R\$)	37,22	78,03	78,79	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

Descrição	2012	%	2011	%
Receitas	139.076		139.211	
Intermediação financeira	134.049		146.440	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	(843)		(1.043)	
Outras	5.870		(6.186)	
Despesas da intermediação financeira	(1.034)		(231)	
Insuportos adquiridos de terceiros (Nota 2)	(20.688)		(15.749)	
Materiais, energia e outros	(200)		(61)	
Serviços de terceiros	(14.803)		(13.679)	
Outras	(5.685)		(2.009)	
Comunicação	(132)		(119)	
Publicações, propaganda e publicidade	(3.221)		(116)	
Serviços do sistema financeiro	(172)		(168)	
Processamento de dados	(1.425)		(1.098)	
Outras	(735)		(508)	
Valor adicionado bruto	117.354		123.231	
Depreciações e amortizações	(191)		(140)	
Valor adicionado a distribuir	117.163		123.091	
Distribuição do valor adicionado	117.163	100%	123.091	100%
Pessoal (Nota 2)	14.424	12,31%	9.935	8,07%
Remunerações e honorários	10.787		7.455	
Benefícios e treinamento	1.456		1.047	
FGTS	453		328	
Outros encargos sociais	1.728		1.105	
Impostos, taxas e contribuições (Nota 2)	12.217	10,43%	25.041	20,34%
Federais	12.216		25.040	
Estadual	1		1	
Remuneração de capitais de terceiros	28	0,02%	22	0,02%
Aluguéis	28		22	
Remuneração de capitais próprios	90.494	77,24%	88.093	71,57%
Juros sobre o capital próprio	72.284		59.989	
Lucros retidos	18.210		28.104	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

	2012		2011	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	%
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre/exercício	43.161	90.494	88.093	
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	101	191	140	
Constituição (reversão) de provisão para operações de crédito	265	843	1.043	
Constituição (reversão) de provisão para contingências	169	147	60	
Constituição (reversão) de provisão para riscos fiscais	688	(5.000)	7.043	
Constituição (reversão) de outras provisões	-	(82)	(2)	
Lucro líquido ajustado	44.384	86.593	96.377	
Redução (aumento) de ativos operacionais				
Títulos e valores mobiliários	18.423	47.976	44.229	
Operações de crédito	(55.403)	(42.711)	(34.410)	
Outros créditos	(11.394)	(12.899)	(672)	
Outros valores e bens	-	16	(51)	
Aumento (redução) de passivos operacionais				
Outras obrigações	2.181	(1.732)	59	
IRPJ e CSLL a pagar	(10.105)	(11.133)	(8.601)	
Impostos e contribuições a recolher	141	31	137	
Obrigações por repasses do país	7.228	18.333	2.233	
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais	(4.545)	84.474	99.301	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações no imobilizado	(123)	(566)	(40)	
Aplicações no intangível	-	(42)	-	
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos	(123)	(608)	(40)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2.035	3.091	
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(75.214)	(75.214)	-	
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades de financiamentos	(75.214)	(73.179)	3.091	
(Redução)/Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(79.882)	10.687	102.352	
Modificações na posição financeira				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	658.713	568.144	465.792	
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício (Nota 4)	578.831	578.831	568.144	
(Redução)/Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(79.882)	10.687	102.352	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
				Legal	Estatutária	de Lucros		
Saldo em 01 de janeiro de 2011	1.095.551	-	6	29.928	90.051	-	-	1.215.536
Aumento de capital	-	22.549	-	-	-	-	-	22.549
- Com subscrição de ações no país	-	22.549	-	-	-	-	-	22.549
- Com incorporação de reservas	-	6	(6)	-	-	-	-	-
- Incorporação ao capital homologado BACEN	22.554	(22.554)	-	-	-	-	-	-
Outros eventos	-	-	-	-	-	-	-	-
- Ágio na subscrição de ações	-	(1)	1	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	88.093	88.093
Destinações	-	-	-	4.405	23.699	-	-	(28.104)
- Juros s/ capital próprio mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(21.044)
- Juros s/ capital próprio adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	(38.945)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.118.105	-	1	34.333	113.750	38.945	-	1.305.134
Mutações do exercício	22.554	-	(5)	4.405	23.699	38.945	-	89.598
Saldo em 01 de julho de 2012	1.118.105	-	1	34.333	113.750	38.945	-	1.305.134
Aumento de capital (Nota 13b)	-	2.648	-	-	-	-	-	2.648
- Subscrição de ações no país	-	2.648	-	-	-	-	-	2.648
- Com incorporação de reservas	-	38.945	-	-	-	-	-	38.945
- Incorporação ao capital homologado BACEN	41.592	(41.592)	-	-	-	-	-	-
Outros eventos	-	-	-	-	-	-	-	-
- Ágio na subscrição de ações	-	(1)	1	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	90.494	90.494
Destinações (Nota 13c)	-	-	-	4.524	13.686	-	-	(18.210)
- Reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	(17.035)
- Juros s/ capital próprio mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(55.249)
- Juros s/ capital próprio adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	(55.249)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.159.697	-	2	38.857	127.436	-	-	1.325.992
Mutações do exercício	41.592	-	1	4.524	13.686	(38.945)	-	20.858
Saldo em 01 de janeiro de 2012	1.118.105	41.592	2	36.699	147.475	-	-	1.343.873
Aumento de capital (Nota 13b)	-	(41.592)	-	-	-	-	-	-
- Incorporação ao capital homologado BACEN	41.592	(41.592)	-	-	-	-	-	-
Outros eventos	-	-	-	-	-	-	-	-
- Reversão de reservas	-	-	-	-	(20.039)	-	-	20.039
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	43.161	43.161
Destinações (Nota 13c)	-	-	-	2.158	-	-	-	(2.158)
- Reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	(5.793)
- Juros s/ capital próprio mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(55.249)
- Juros s/ capital próprio adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	(55.249)
Saldo em 31 de dezembro de								



Agência de Fomento do Paraná S.A.

CNPJ nº 03.584.906/0001-99
Av. Vicente Machado nº 445 - 4º andar - 80420-010 - Curitiba/PR



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em Milhares de Reais)

	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
Insumos adquiridos de terceiros	18.160	(2.411)	15.749
Serviços de terceiros	13.716	(37)	13.679
Despesas de treinamento	37	(37)	-
Outras	84	32	116
Publicações, publicidade propaganda (1)	2.356	(2.356)	-
Pessoal terceirizado	558	(50)	508
Distribuição do valor adicionado	32.565	2.411	34.976
Pessoal	7.542	2.393	9.935
Remunerações e honorários	5.099	2.356	7.455
Benefícios e treinamento	1.013	37	1.047
Impostos, taxas e contribuições	25.023	18	25.041
Impostos federais (1)	25.023	17	25.040
Imposto estadual (2)	-	1	1

(1) A despesa de publicações foi agregada com as despesas de publicidade e propaganda e a contribuição sindical patronal reclassificada em impostos federais.
(2) Corresponde a despesa de IPVA.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOPTADAS

As operações foram contabilizadas em observância às práticas consubstanciadas no COSIF, dentre as quais destacam-se:

a. Apreciação do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira.

b. Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessária a utilização de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Eventos como: provisões fiscais, contingências e créditos de liquidação duvidosa incluem certas estimativas e os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua avaliação. A Fomento Paraná revisa as estimativas e premissas periodicamente.

c. Títulos e valores mobiliários

Em cumprimento ao estabelecido no art. 1º da Resolução nº 3.834, de 28/01/10, do CMN a Fomento Paraná passou a aplicar suas disponibilidades de caixa em cotas de fundos de investimentos, formada exclusivamente por títulos públicos federais, para tanto, constituiu Fundos exclusivos, sob gestão do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, e aplicou também de fundo constituído sob a forma de condomínio aberto gerido pelo Banco Itaú S.A., conforme demonstrado na nota 5.

Os fundos de investimentos exclusivos e aberto são mensurados pelo valor da cota na data do balanço. Esta informação está disponível na CVM e corresponde ao valor de liquidação naquela data.

As Agências de Fomento não se aplicam os critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários dispostos na Circular nº 3.068/2001 do BACEN, os quais também foram instituídos pela Lei 11.638/2007.

d. Operações de crédito

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço, quando pós-fixadas, e líquido das rendas a apropriar, em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixadas. A atualização ("rendimentos") das operações de crédito vendidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar.

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas e aquelas que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação são mantidas como nível "H".

e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante julgado suficiente à cobertura de eventuais perdas na realização dos mesmos, obedecendo às determinações legais estabelecidas pelas Resoluções nº 2.682/99 e 2.697/00 do CMN.

Em face da característica do crédito concedido e da baixa idoneidade da carteira, a Instituição optou por não constituir provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682/99.

f. Despesas antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerem em exercícios futuros, conseqüentemente, é registrado no ativo e reconhecido no resultado observando o regime de competência.

g. Ativo permanente

A contabilização do ativo permanente é feita pelo custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações calculadas pelo método linear, de acordo com as seguintes taxas anuais:

- 10% Móveis e equipamentos de uso, instalações e sistemas de comunicação
- 20% Sistemas de transporte e processamento de dados
- 20% Diferido e intangível

Em observância à Resolução do CMN nº 3.617/08 o saldo registrado no diferido será mantido até sua efetiva baixa.

h. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda cada vez que evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Ao final de cada exercício, a Instituição avalia esses ativos para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, quando aplicável, um ajuste é reconhecido.

i. Provisões para passivos contingentes e riscos fiscais

Os passivos contingentes são reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução do CMN nº 3.823/09. A provisão é feita com base na opinião do departamento jurídico da Instituição, conforme divulgado na nota explicativa 11.

j. Atualização monetária de obrigações

As obrigações estão atualizadas até a data do balanço e seu reflexo reconhecido a título de atualização.

k. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A Instituição está sujeita ao Regime de Tributação pelo Lucro Real, e reconhece a provisão para imposto de renda, mensalmente pelo regime de competência, à alíquota de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240/ano, enquanto que a contribuição social é calculada sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

Conforme faculta a legislação tributária, a Fomento Paraná opta pelo pagamento do imposto de renda e da contribuição social com base na estimativa da receita e recolhe mensalmente esses valores a título de antecipação do efetivamente devido no ajuste anual. As antecipações ou valores passíveis de compensação estão demonstrados no ativo circulante de acordo com a provisão de sua realização.

l. Juros sobre o capital próprio

Conforme requerido pela legislação fiscal os juros sobre o capital próprio estão contabilizados como despesas financeiras, no entanto, para fins de divulgação, são revertidos na rubrica "Lucros Acumulados", devolvendo-os ao resultado e assim não afetando o lucro líquido do exercício, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dez/2012	Dez/2011
Disponibilidades	28	17
Cotas de fundos de investimentos	578.803	568.127
Total caixa e equivalentes de caixa	578.831	568.144

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo

Discriminação	Dez/2012	Dez/2011
I - Livres		
Títulos públicos federais - LFT-A(1)	83.348	114.854
Fundo de curto prazo - aberto	63	-
Fundos de renda fixa - exclusivos (2)	578.740	589.093
Subtotal	662.151	703.947
II - Vinculados à prestação de garantias		
Fundos de renda fixa - exclusivos (2)	10.294	5.798
Subtotal	10.294	5.798
Total	672.445	709.745
<i>Circulante</i>	623.766	628.710
<i>Longo prazo</i>	48.679	81.035

(1) O montante de R\$ 83.348 (R\$ 114.854 em 2011) se compõem de 99.900 LFT-A emitidas em 02/12/1999 com vencimento em 01/12/2014, avaliadas de acordo com o preço unitário constante na "Tabela de Preços para Lastro de Títulos Federais (Res. BACEN 550)" divulgado pela AMBIMA. Os títulos estão sendo resgatados em 180 parcelas mensais e consecutivas.

(2) Os fundos exclusivos são compostos integralmente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos de públicos, indexados a taxas pré e pós fixados, não possuem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições, serviços de auditoria, taxas de serviços relativas à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas cobradas pelas Administradoras.

As cotas dos fundos exclusivos, vinculadas à prestação de garantias, referem-se à garantia de operações de repasse realizadas junto à Caixa Econômica Federal - CEF-PNMPO. O valor vinculado é equivalente a 200% da dívida contratada, conforme demonstrado na nota 9.

Os fundos exclusivos são compostos conforme a seguir:

Administradores	Faixas de vencimento	Dez/2012	Dez/2011
Banco do Brasil			
Disponível - caixa		16	11.256
Operações compromissadas - LFT	02/01/13 a 17/01/13	118.008	-
LFT	07/03/13 a 01/03/18	191.752	240.855
NTN-F	01/01/12	-	20.967
Subtotal		309.776	273.078
Caixa Econômica Federal			
Operações compromissadas - NTN-B	02/01/13	65.749	42.296
LFT	07/06/13 a 07/03/15	213.509	159.174
LTN	01/07/12 a 01/01/14	-	65.838
NTN-F	02/01/12	-	54.516
Futuro de DI - ajuste (1)		-	(11)
Subtotal		279.258	321.813
Total carteira - fundos exclusivos		589.034	594.891

(1) As operações de derivativos, com contrato Futuro de DI, são utilizadas para adequar a carteira do fundo à política de investimento do mesmo até o limite das posições detidas à vista, ou seja, não podem ser utilizadas para alavancar o patrimônio líquido (PL) do fundo. Essas operações são realizadas pelo gestor do Fundo, objetivando uma melhor rentabilidade e agilidade nas operações, utilizando os recursos dos contratos de DI para montar e desmontar posições pré-fixadas quando projeta queda na curva de juros. No exercício de 2012 o fundo não operou com derivativo.

6 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a. Composição por setor de atividade econômica

	Dez/2012	Dez/2011
Setor privado	33.431	21.541
Rural	10	109
Indústria	2.618	1.487
Comércio	18.183	9.347
Intermediário financeiro	-	233
Outros serviços	2.428	1.076
Pessoas físicas	10.192	9.289
Setor público	654.002	624.189
Administração direta municipal	654.002	624.189
Total da carteira	687.433	645.730

b. Concentração dos principais devedores de operações de crédito

Descrição	Dez/2012	% da carteira	Dez/2011	% da carteira
Principal devedor	46.188	6,72%	33.522	5,19%
10 Maiores devedores	177.690	25,85%	164.902	25,54%
50 Maiores devedores	226.306	32,92%	215.800	33,42%
Demais devedores	237.249	34,51%	231.506	35,85%
Total da carteira	687.433	100,00%	645.730	100,00%

c. Composição da carteira por níveis de risco e faixas de vencimento

Níveis de risco	Operações em curso normal										Total da carteira
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		
Parcelas vincendas	73.130	524.959	83.196	1.008	147	53	8	4	87	682.592	
1 a 30 dias	1.718	13.938	1.720	32	5	2	1	1	8	17.425	
31 a 60 dias	1.305	10.243	1.170	36	4	2	1	1	7	12.768	
61 a 90 dias	1.317	10.433	1.183	38	5	2	-	-	8	12.986	
91 a 180 dias	3.201	30.535	3.563	92	22	4	2	1	21	37.941	
181 a 360 dias	8.249	63.537	8.363	196	41	12	3	1	29	80.431	
Acima de 360 dias	56.840	396.274	67.197	614	70	31	1	-	14	521.041	
Subtotal	73.130	524.959	83.196	1.008	147	53	8	4	87	682.592	
Operações em curso anormal											
Parcelas vincendas	-	-	1.586	1.002	445	261	141	90	450	3.975	
1 a 30 dias	-	-	100	70	30	14	11	8	39	272	
31 a 60 dias	-	-	90	64	28	14	11	7	37	251	
61 a 90 dias	-	-	86	62	28	13	9	8	35	241	
91 a 180 dias	-	-	237	170	74	37	22	20	92	652	
181 a 360 dias	-	-	408	276	120	71	38	25	141	1.079	
Acima de 360 dias	-	-	665	360	165	112	50	22	106	1.480	
Parcelas vencidas	-	-	110	124	97	65	53	52	365	866	
1 a 14 dias	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	
15 a 30 dias	-	-	108	74	40	14	11	9	39	295	
31 a 60 dias	-	-	1	50	31	12	11	9	38	152	
61 a 90 dias	-	-	-	-	26	23	10	8	37	104	
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	16	21	26	115	178	
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	132	132	
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	
Subtotal	-	-	1.696	1.126	542	326	194	142	815	4.841	
Total geral em 31/12/2012	73.130	524.959	84.892	2.134	689	379	202	146	902	687.433	
Total geral em 31/12/2011	23.668	450.251	168.721	1.347	337	474	134	92	706	645.730	

d. Composição por nível de risco e provisão constituída

Classificação de risco	Total das operações	% particip.	Dez/2012		Dez/2011	
			Provisão Resolução BACEN	Valor	Provisão Resolução BACEN	Valor
AA	73.130	10,64	-	-	-	-
A	524.959	76,37	0,5	2.625	2,251	2.251
B	84.892	12,31	1,0	849	1,687	1.687
C	2.134	0,35	3,0	64	40	40
D	689	0,10	10,0	69	34	34
E	379	0,05	30,0	119	142	142
F	202	0,03	50,0	101	67	67
G	146	0,02	70,0	102	64	64
H	902	0,13	100,0	902	706	706
Total	687.433	100	4.826	4.991	4.991	4.991

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Dez/2012	Dez/2011
Saldo no início do exercício	4.991	4.239
Provisão constituída	3.951	3.480
Reversão de provisão	(2.748)	(2.437)
Efeito no resultado	843	1.043
Créditos baixados para prejuízo	(1.008)	(291)
Saldo no fim do exercício	4.826	4.991

f. Garantias operações de créditos

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a Fomento Paraná, aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado, são aceitas garantias reais de hipoteca, alienação fiduciária, penhor de créditos, fiança bancária e fundo de aval. Nas operações de crédito concedidas às Prefeituras são aceitas quotas parte do ICMS e/ou FPM.

g. Créditos renegociados e recuperados

Discriminação	Dez/2012	Dez/2011
Renegociação	189	75
Recuperação de créditos para prejuízo	381	646

O saldo acumulado das operações de crédito baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação é de R\$ 5.132 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 4.505



Agência de Fomento do Paraná S.A.

CNPJ nº 03.584.906/0001-99
Av. Vicente Machado nº 445 - 4º andar - 80420-010 - Curitiba/PR



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

10 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Dez/2012	Dez/2011
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2	4
IOF a recolher	2	4
Sociais e estatutárias	1.055	6.037
Juros sobre capital próprio (Nota 13c)	11	5.591
Provisão para participações nos lucros	1.044	446
Fiscais e previdenciárias	11.460	32.156
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	283	11.416
Impostos e contribuições a recolher	997	963
Provisão para riscos fiscais (Nota 11f)	10.180	19.777
Diversas	13.020	8.651
Dotação para aumento de capital ⁽¹⁾	2.035	-
Provisão para despesas pessoais	891	588
Provisão para despesas contingentes (Nota 11c)	2.915	2.821
Provisão para despesas de publicidade e propaganda	1.080	-
Credores diversos no país ⁽²⁾	6.099	5.242
Total	25.537	46.848
<i>Circulante</i>	<i>8.269</i>	<i>20.927</i>
<i>Longo prazo</i>	<i>17.268</i>	<i>25.921</i>

⁽¹⁾ Refere-se ao valor recebido do acionista Estado do Paraná, em virtude da gestão da carteira de crédito dos Ativos do Paraná e Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

⁽²⁾ Conforme mencionado na nota 11, item d, a Fomento Paraná, vem depositando judicialmente, na ação Declaratória de Imunidade Tributária, o ISS retido sobre as faturas de prestação de serviço emitidas pelo Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, valor este registrado na rubrica "Devedores por depósito em garantia" conforme nota 7. O valor do ISS é retido mensalmente do prestador de serviço, registrado contabilmente na rubrica "Credores diversos no país" e soma R\$ 4.913 (R\$ 4.205 em 2011).

11 PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES E RISCOS FISCAIS

A Fomento Paraná é parte em ações e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais. Os processos passaram por avaliação e acompanhamento do departamento jurídico, que considera a perda e o risco envolvido. Fundamentados nesta avaliação, constituiu-se provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

As ações cíveis e trabalhistas com os riscos avaliados em provável, possível ou remota foram devidamente provisionadas.

As provisões para riscos fiscais avaliadas como prováveis foram devidamente provisionadas.

a. Ações trabalhistas

As provisões para ações trabalhistas são oriundas de processo movido por pessoal terceirizado, que, corresponde ao pedido de FGTS, horas extras, INSS, equiparação salarial, intervalos e juros de mora do período "laborado", verbas, as quais, excluindo-se o primeiro e as horas extras a serem pagas sem o adicional, existem possibilidades de êxito na demanda aforada. A empresa é demandada, ainda, por ex-funcionário concursado, cujo pedido principal refere-se ao não pagamento da participação nos lucros e resultados - PLR nos exercícios de 2005, 2006 e 2007 e horas extras.

	Dez/2012	Dez/2011
Ações trabalhistas	46	94
Terceirizado	348	321
Ex-funcionário concursado	46	94
Total	394	415

b. Ações cíveis

As provisões para ações cíveis são oriundas de 16 processos, um refere-se ao processo de cobrança movida pela Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE que versa sobre notas fiscais pendentes de pagamento referentes aos exercícios de 2002 a 2003, a qual foi devidamente contestada pela Fomento Paraná contendo alegação que o serviço não foi prestado em sua integralidade, bem como ocorreu um desvirtuamento do convênio nº 01/2000, firmado entre as partes. Houve prolação de sentença em 16/11/09, cuja publicação ocorreu no Diário de Justiça do dia 19/01/10. Foi interposto o pertinente Recurso de Apelação contra a decisão aduzindo, além da matéria de mérito, nulidade da sentença em razão do cerceamento de defesa, em razão de ter sido despedido julgamento antecipado da lide sem a produção de prova pericial, expressamente requerida, não tendo sido observado despacho saneador nos autos deferindo ou não tal requerimento. O Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná deu provimento ao recurso, com a anulação da sentença prolatada e determinando o retorno dos autos à primeira instância para a produção das provas requeridas. Com o retorno dos autos, aguarda-se o seu regular andamento processual, com a produção de provas e realização de audiência de instrução, que ainda não ocorreram. As partes formularam em conjunto petição pleiteando a suspensão do processo pelo prazo de seis meses, visando à elaboração de acordo judicial. Entretanto, até a presente data não houve qualquer formalização da transação. Existem ainda 14 processos movidos por mutuários, visando à reparação de supostos danos morais e materiais, por alegado registro indevido em órgãos de serviço de informações ao crédito e por alegações de descumprimento contratual e uma ação de cobrança de honorários advocatícios, aforada por Cavalcanti de Albuquerque Advogados Associados S/C, autos nº 1897/2009, em trâmite perante a 14ª Vara Cível desta capital. O juízo daquela vara julgou-se incompetente, remetendo os autos à 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba (autos nº 18098/2010), onde se encontra em fase de instrução processual.

	Dez/2012	Dez/2011
Ações cíveis	1.481	1.309
Ação de cobrança - ABDE	420	579
Diversos - danos morais e materiais	420	579
Cobrança de honorários advocatícios	620	527
Total	2.521	2.406

c. Movimentação das provisões para passivos contingentes

	2012			2011		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
No início do exercício	415	2.406	2.821	2.824	-	-
Movimentação com efeito no resultado	(21)	168	147	60	-	60
Atualização/encargos	34	349	383	379	-	379
Constituição	-	18	18	43	-	43
Baixa por reversão	(55)	(199)	(254)	(362)	-	(362)
Baixas por pagamento	-	(53)	(53)	(63)	-	(63)
Saldo no final do exercício	394	2.521	2.915	2.821	-	-

d. Autuações referentes ao ISS

Autuação fiscal lavrada em dezembro de 2010 pelo Município de Curitiba, referente à cobrança de ISS sobre receita de prestação de serviços de gestão e cobrança de ativos de titularidade do Estado do Paraná, referente aos exercícios de 2005 e 2006, sobre o qual a Instituição mantém provisão de R\$ 525 (R\$ 11.190 em 2011). Para estes autos foi interposto recurso administrativo em 09/08/2012, solicitando a aplicabilidade da equidade com dispensa de juros e multas, conforme o acordo realizado no pagamento efetuado em março de 2012 dos autos de infração de 2006 que tratam do mesmo objeto desta autuação.

Em 2010 e 2010, a Instituição foi autuada pelo Município de Curitiba, pela ausência de retenção na fonte do ISS incidente sobre recibos de prestação de serviço dos exercícios de 2001 a 2008, decorrentes principalmente do Ato Conjunto firmado entre a Fomento Paraná/SEFA e PARANACIDADE/SEDU para operacionalização dos financiamentos concedidos ao Setor Público Municipal. Sobre esta autuação há depósito em juízo decorrente da Ação Declaratória de Imunidade Tributária, aforada pela Procuradoria Geral do Estado em favor do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE (autos nº 321/2007 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba), ação esta que a Fomento Paraná atua na qualidade de assistente. Afóra isso o processo encontra-se aguardando julgamento, sem data prevista. Eventual procedência da demanda implicará no cancelamento dos autos de infração da prefeitura que versem sobre ISS.

O valor depositado em juízo encontra-se registrado na rubrica "Devedores por depósitos em garantia", conforme demonstrado na nota 7 e sobre este montante não é constituída provisão, tendo em vista que o valor depositado foi retido do PARANACIDADE. Considerando que a prestação de serviço é contínua e que a ação ainda está em andamento, e despois da Fomento Paraná vem retendo mensalmente 5% de ISS sobre as faturas de prestação de serviço do fornecedor e depositando judicialmente. Para os autos de infração referentes aos exercícios de 2005 e 2006, não há depósito judicial, sendo constituída provisão para cobertura de possíveis perdas na ação, as quais somam R\$ 2.413 (R\$ 2.278 em 2011) e estão registrados na rubrica "Provisão p/ riscos fiscais - fisco municipal", conforme item 7.

e. Provisão tributária

A provisão tributária corresponde aos impostos federais e municipais: PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e ISS, no montante de R\$ 7.225 (R\$ 6.289 em 2011), constituída sobre os valores repassados à Fomento Paraná pelo acionista declarante "Estado do Paraná" nos exercícios de 2007 a 2011, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, decorrentes da gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e da gestão da carteira de crédito "Ativos do Estado do Paraná", oriundos do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO. O registro da forma adotada pela Instituição tem fundamento nos seguintes instrumentos jurídicos: Contrato de gestão de bens, direitos e obrigações dos Ativos do Estado, celebrado entre o acionista Estado do Paraná e a Fomento Paraná e o Decreto Estadual 692/2007, que regulamenta o repasse de recursos pela gestão do FDE como AFAC. Corroborada pelo Parecer Jurídico tributário TSC - 1470/2013, emitido por consultoria tributária externa, a Administração constituiu a respectiva provisão, por entender se tratar de perda provável.

f. Movimentação das provisões para riscos fiscais

	2012			2011		
	Fisco municipal	Provisão tributária	Total	Fisco municipal	Provisão tributária	Total
No início do exercício	13.488	6.289	19.777	12.734	-	-
Movimentação com efeito no resultado	(5.936)	936	(5.000)	7.043	-	7.043
Atualização/encargos	248	499	747	754	-	754
Constituição	-	811	811	6.289	-	6.289
Baixa por reversão ⁽¹⁾	(6.184)	(374)	(6.558)	-	-	-
Baixas por pagamento ⁽¹⁾	(4.597)	-	(4.597)	-	-	-
Saldo no final do exercício	2.955	7.225	10.180	19.777	-	-

⁽¹⁾ Refere-se ao processo administrativo 143603/2006 - autos de infração nº 151.715, 157.970, 151.972, 151.973 e 151.974 relativos aos exercícios de 2001 a 2004, que visam à cobrança de ISS sobre a receita de prestação de serviços decorrentes da cobrança da Carteira de Créditos dos Ativos de titularidade do Estado do Paraná sob a gestão da Fomento Paraná. Em março de 2012, tal processo foi objeto de acordo administrativo com a Prefeitura Municipal de Curitiba, sendo aplicada a equidade com dispensa de juros e multas, resultando no pagamento de principal e atualização monetária no montante de R\$ 4.597 e reversão de provisão de R\$ 6.184.

g. Outros assuntos tributários

i. Regime tributário de contribuição para o PIS e a COFINS

A Fomento Paraná adota o regime cumulativo para apuração do PIS e COFINS (aliquota de 0,65% e 4,00%, respectivamente), nos termos da Instrução Normativa SRF nº 247/2002 e alterações posteriores. No entanto, a Receita Federal lavrou autuação apenas em face de uma agência de fomento no país em razão da adoção do regime cumulativo, gerando a possibilidade de enquadramento das agências de fomento no regime de apuração não-cumulativo destas contribuições, nos termos das Leis 10.637/02 e 10.833/03, em que contribuintes deveriam ser calculadas sobre a totalidade das receitas auferidas pelas referidas Instituições, descontados os créditos legalmente admitidos, aplicando-se as alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,6% (COFINS).

Em função do entendimento interpretado, a Fomento Paraná, por meio do seu departamento jurídico, corroborado pela consultoria tributária externa, por meio do Parecer Jurídico Tributário TSC - 1470/2013, entende que o procedimento adotado pode representar uma possível contingência tributária para a Instituição, no montante estimado de R\$ 4.515 (R\$ 3.499 em 2011).

ii. Apuração da contribuição social sobre o lucro líquido

Durante o exercício de 2008, a Lei 11.727/08 em seu art. 17 alterou a redação do art. 3º da Lei 7.689/88, estabelecendo alíquota de 15% para a apuração da CSLL pelas Instituições Financeiras elencadas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º art. 1º da Lei Complementar 105/01. Considerando que as agências de fomento, se enquadram no inciso XIII da referida Lei Complementar, e, portanto, não contemplada no rol de instituições obrigadas à nova alíquota, a Fomento Paraná, para pagamento de CSLL, adotou a alíquota de 9% (nove por cento).

Considerando que não há menção expressa sobre a que alíquota estariam sujeitas as agências de fomento, houve questionamentos, por parte de algumas Instituições, perante a RFB no intuito de se obter resposta formal sobre o assunto, que por meio de suas Delegacias Regionais, adotou a interpretação segundo a qual as agências de fomento, permanecem sujeitas à alíquota da CSLL de 9% (nove por cento).

Considerando o disposto na legislação, bem como o pronunciamento do próprio ente fazendário competente pela cobrança do tributo, o departamento jurídico da Fomento Paraná, reclassificou o risco de contingência como de probabilidade remota, entendimento este corroborado pela consultoria tributária externa, mediante apresentação de Parecer Jurídico Tributário TSC - 1470/2013.

Em 17 de setembro de 2012, foi editada a Lei 12.715 estabelecendo no art. 70 que para fins de incidência de tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, as Agências de Fomento equiparam-se a Bancos de Desenvolvimento, ficando submetidas a estas regras de tributação a partir de 1º de janeiro de 2013 ou opcionalmente a partir de 1º de janeiro de 2012. Com esta alteração, ficou definida a classificação fiscal das agências de fomento, não restando mais dúvidas quanto ao seu enquadramento como Instituição Financeira, a qualificação que ocasionou a discussão sobre as questões tributárias nos itens "i e ii".

A Fomento Paraná optou por adotar as novas regras em 2013, com impacto apenas na alteração da alíquota da CSLL de 9% para 15%, pois os outros tributos federais já são calculados conforme descrito na nova lei.

12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações

	2012	2011
Juros sobre o capital próprio	97.669	106.724
Participações estatutárias no lucro	(72.284)	(59.989)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(6.119)	8.333
Adições (exclusões) temporárias	(6.551)	7.766
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	707	614
Provisões trabalhistas e cíveis	94	(3)
Provisões para riscos fiscais	(9.596)	7.043
Rendas a apropriar em atraso	382	-
Outras provisões	1.862	112
Adições (exclusões) permanentes	432	567
Doações e patrocínios	515	433
Outras	(83)	134
Base de cálculo do IR e CS	18.038	54.622
Valor devido a alíquota normal (15%)	2.706	8.193
Adicional de imposto de renda (10%)	1.780	5.438
Incentivos fiscais (patrocínio cultural, doações FIA, PAT e prorrogação de licença maternidade)	(162)	(362)
IRPJ	4.324	13.269
CSLL (9%)	1.623	4.916

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.159.697 (R\$ 1.118.105 em 2011), representado por 1.159.697 (1.118.105 em 2011) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Aumento de capital

Paraná no montante de R\$ 41.592, através da utilização dos juros sobre o capital próprio creditado aos acionistas em 2011.

O aumento foi realizado pelos acionistas Estado do Paraná e Companhia de Informática do Paraná - Celepar, homologado em 29/05/2012 na 53ª Assembleia Geral Extraordinária. O processo de aumento de capital foi homologado pelo BACEN através do Ofício 5993/2012 - BCB/DEORF/GTCUR em 04/07/2012.

c. Juros sobre o estatuto próprio e destino do lucro líquido

Nos termos do Estatuto Social da Fomento Paraná, aos acionistas será atribuído, em cada exercício, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado conforme legislação societária.

Em 4 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração, aprovou nos termos do Estatuto Social da Instituição, o crédito dos juros sobre o capital próprio, calculados sobre o patrimônio líquido, limitados à variação "pro rata" dia da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, no montante bruto de R\$ 72.284 (R\$ 59.989 em 2011), que sofreu retenção na fonte de R\$ 2, resultando em valor líquido aos acionistas de R\$ 72.282 (R\$ 59.988 em 2011). A remuneração dos acionistas mediante juros sobre o capital próprio proporcionou benefício fiscal no montante de R\$ 24.562 (R\$ 20.396 em 2011).

Os juros sobre o capital próprio - JCP serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos no exercício, sendo considerado complementar o que exceder ao valor do mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social.

Em julho de 2012 foi efetuado pagamento de juros sobre o capital próprio referente ao saldo remanescente de 2010, no montante de R\$ 2.940 e R\$ 3 aos acionistas Estado do Paraná e Celepar, respectivamente.

Em dezembro de 2012, o Conselho de Administração, aprovou "ad-referendum" da Assembleia Geral, antecipação de pagamento dos juros sobre o capital próprio do exercício 2012 ao acionista Estado do Paraná, no montante de R\$ 72.271.

Em conformidade ao estabelecido no artigo 52 do Estatuto Social da Fomento Paraná, o resultado apurado no exercício foi destinado da seguinte forma:

	Dez/2012	Dez/2011
Lucro líquido do exercício	90.494	88.093
Reserva legal (5% do LL)	4.524	4.405
Lucro líquido ajustado	85.970	83.688
Juros sobre o capital próprio - limite estatutário	17.035	21.044
Juros sobre o capital próprio - adicional ao mínimo obrigatório	55.249	38.945
Constituição reserva estatutária - aumento de capital	13.686	23.699

14 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2012	2011
Serviços de terceiros ⁽¹⁾	14.555	13.516
Publicações, propaganda e publicidade ⁽²⁾	3.221	116
Subsídio de dados	1.425	1.098
Contribuições filantrópicas	514	433
Viagens	268	120
Serviços técnicos especializados	224	155
Depreciações e amortizações	191	140
Serviços do sistema financeiro	172	168
Materiais de expediente	171	31
Comunicações	132	119
Manutenção e conservação de bens	89	105
Transporte	65	45
Outras despesas administrativas	261	195
Total	21.288	16.241

⁽¹⁾ No total registrado nos R\$ 14.555 (R\$ 13.257 em 2011) refere-se a despesas com o PARANACIDADE decorrentes do Ato Conjunto voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiadas pela Fomento Paraná, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SEFM), remunerado à taxa de 8%, e do programa voltado à aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários para prefeituras do Estado do Paraná - PROMAP, remunerado à taxa de 1,5%, calculados sobre cada liberação de recurso do contrato relativo à operação de crédito.

⁽²⁾ Nesta rubrica são registradas as despesas de publicidade legal, materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing, visando à divulgação da Marca e dos produtos da Fomento Paraná, focando principalmente na ampliação do volume de negócios junto ao público-alvo.

15 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2012	2011
PIS	872	955
COFINS	5.363	5.877
IPVA	1	1
Total	6.236	6.833

16 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2012	2011
Recuperação de despesas e despesas	1.151	1.302
Reversão de provisões ⁽¹⁾	6.895	362
Outras	299	49
Total	8.345	1.713

⁽¹⁾ Refere-se à reversão de provisão para contingência fiscal ISS - Curitiba, no montante de R\$ 6.184, em decorrência do acordo administrativo dos autos de infração relativos aos exercícios de 2001 a 2004, conforme nota 11f.

17 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2012	2011
Provisões para contingências - trabalhistas	34	85
Provisões para contingências - cíveis	367	337
Provisões para riscos fiscais	1.559	7.043
Outras	168	127
Total	2.128	7.592

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

Os valores operáveis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos (operações de créditos de valores mobiliários) e passivos (operações de repasses no país) se aproximam de seus correspondentes valores de realização. Não é prática da Fomento Paraná operar com derivativos financeiros, porém os fundos exclusivos de titularidade da Instituição, administrado pela Caixa Econômica Federal - CEF e Banco do Brasil, podem, e praticam, efetuar operações com derivativos para fins de proteção quanto ao risco de variação das taxas de juros praticadas e para adequação da carteira à política de investimento desses fundos exclusivos. Neste exercício os fundos não operaram com derivativos.

19 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Na Instituição sobre partes relacionadas é observada a Resolução CMN/BACEN nº 3.750/2009, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas pelas instituições financeiras.

De acordo com o pronunciamento, são partes relacionadas da Fomento Paraná, o Estado do Paraná, Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP (em liquidação), Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR e o Pessoal-Chave da Administração.

Estado do Paraná

a. Acionista majoritário detentor de 99,99% das ações da Fomento Paraná;
b. Atividades de gestão mediante cobrança da carteira de crédito do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, sendo remunerada por um percentual fixado na Lei Estadual nº 5.515/67, o qual incide sobre o total de recebimentos do período e, conforme determinado no Decreto Estadual 692/2007, o valor repassado à Fomento Paraná é reconhecido como adiantamento para futuro aumento de capital da empresa, sendo



Agência de Fomento do Paraná S.A.

CNPJ nº 03.584.906/0001-99
Av. Vicente Machado nº 45 - 4º andar - 80042-010 - Curitiba/PR



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

e. Pessoa jurídica de direito privado, de interesse público, criado pela Lei Estadual nº 11.498, de 30 de julho de 1996, revogada pela Lei Estadual nº 15.211 de 17/07/2006. A Fomento Paraná, em cumprimento à Lei Estadual nº 13.227, de 18/07/2001, mantém firmado com o PARANACIDADE Ato Conjunto voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados pela Fomento Paraná, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM), sendo remunerado à taxa de 8% calculada sobre cada liberação de recurso do contrato relativo à operação de crédito. Para operacionalização do programa voltado à aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários para prefeituras do Estado do Paraná - PROMAP, a serem financiados pela Fomento Paraná, foi firmado com o PARANACIDADE um Termo Cooperação Técnico Operacional, sendo remunerado à taxa de 1,5% sobre cada liberação do contrato relativo à operação de crédito.

Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR

g. Acionista minoritário da Fomento Paraná, é uma Sociedade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, cujo acionista majoritário é o Estado do Paraná. A transação entre as duas empresas decorre da prestação de serviços de informática e tecnologia da informação, através de contrato de prestação de serviços.

Pessoal-Chave da Administração

h. O pessoal-chave da Administração da Fomento Paraná são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pela direção e controle das atividades da Instituição, representado pela Diretoria e Conselho de Administração. As transações com essas partes relacionadas registradas em direitos, obrigações, patrimônio líquido e resultados são demonstradas a seguir:

Descrição	31 de dezembro de 2012		
	Direitos	Obrigações	Despesas
Juros sobre o capital próprio mínimo obrigatório e adicional proposto - Estado do Paraná	-	-	72.271
Juros sobre o capital próprio mínimo obrigatório e adicional proposto - CELEPAR	-	11	13
Remuneração do pessoal-chave da Administração ⁽¹⁾	-	216	2.280
Remuneração por gestão de fundo e carteira de "Ativos"	-	2.035	-
Despesas de pessoal - funcionários adidos	-	66	1.616
Despesas com tecnologia da informação - CELEPAR	-	111	1.338
Despesas de condomínio - BADEP	-	13	123
Despesas com comissão - PARANACIDADE ⁽²⁾	4.637	5.057	14.147
	<u>4.637</u>	<u>7.509</u>	<u>91.788</u>

Descrição	31 de dezembro de 2011		
	Direitos	Obrigações e PL	Despesas
Juros sobre o capital próprio mínimo obrigatório e adicional proposto - Estado do Paraná	-	44.527	59.979
Juros sobre o capital próprio mínimo obrigatório e adicional proposto - CELEPAR	-	9	10
Remuneração do pessoal-chave da Administração ⁽¹⁾	-	116	1.971
Despesas de pessoal - funcionários adidos	-	-	1.442
Despesas com tecnologia da informação - CELEPAR	-	83	1.068
Despesas de condomínio - BADEP	-	9	105
Despesas com comissão - PARANACIDADE ⁽²⁾	3.963	4.290	13.257
	<u>3.963</u>	<u>49.034</u>	<u>77.832</u>

⁽¹⁾ Refere-se ao total da remuneração fixa, inclusive encargos sociais e benefícios, sendo este último pago apenas à diretoria.
⁽²⁾ Conforme mencionado na nota 11, item d, a Fomento Paraná vem depositando judicialmente, na ação Declaratória de Imunidade Tributária, o ISS retido sobre as faturas de prestação de serviço gerantidas pelo Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, valor este representado em direito na rubrica "Devedores por depósito em garantia", conforme nota 7. O valor do ISS é retido mensalmente do prestador de serviço, sendo contabilizado como uma obrigação na rubrica "Credores diversos no país", conforme descrito na nota 10. Quando houver decisão judicial da ação declaratória de imunidade tributária do PARANACIDADE, a Fomento Paraná fará o "encontro de contas", com devolução do valor retido ao PARANACIDADE ou a destinação do depósito judicial à Prefeitura Municipal de Curitiba, para quitação do auto de infração.

DIRETORIA EXECUTIVA

Juraci Barbosa Sobrinho
Diretor-Presidente

Alexandre Teixeira
Clemenceau Merheb Calixto
Heraldo Alves das Neves

Jurandir Rodrigues de Oliveira
Samuel Ieger Suss

Luciane Tessaro Perissatto - Contadora - CRC PR-044315/O-8

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Carlos Jorge Haully
Presidente

Paulo Henrique Carrano Santos
Vice-Presidente

Ardisson Naim Akel
Cezar Augusto Carollo Silvestri
Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque
Hélio Bampi

Juraci Barbosa Sobrinho
Marcello Alvarenga Panizzi
Norberto Anacleto Ortigara
Ruy Fonsatti Junior

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:
Os membros do Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Paraná S.A. - Fomento Paraná, tendo examinado Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, baseando-se nos documentos examinados e no Parecer do Auditor Externo, emitido sem ressalva, expressando a opinião de que as referidas Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fomento Paraná são de opinião de que as referidas Demonstrações Financeiras encontram-se em plenas condições de serem submetidas, apreciadas e aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 12 de março de 2013

Jefferson Renato Rosolem Zaneti
Conselheiro

Jorge Sebastião de Bem
Conselheiro

Nilson Monteiro Menezes
Conselheiro

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2012

Atividades Desenvolvidas

Conforme disposto na Resolução nº 3.198/2004 do CMN, o Comitê de Auditoria da Agência de Fomento do Paraná S.A. desenvolveu as seguintes atividades:
I - revisou as Demonstrações Financeiras Trimestral e Semestral da Agência de Fomento do Paraná S.A.;
II - analisou, em conjunto com a empresa de Auditoria Independente, as principais políticas, práticas e princípios de contabilidade utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras;
III - avaliou o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos;
IV - avaliou a efetividade das Auditorias Independente e Interna;
V - identificou a existência de questionamentos e fiscalizações por parte dos Órgãos Reguladores e de Supervisão;
VI - analisou o Relatório da Ouvidoria da Instituição;
VII - cumpriu as atribuições determinadas pelo CAD e BACEN.

Conclusões
As informações e observações obtidas no 2º Semestre de 2012 permitiram ratificar a avaliação deste Comitê de Auditoria de que o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos, implantado na Instituição, mostra-se, em seus aspectos nucleares, efetivo e consistente com a natureza e complexidade das atividades desenvolvidas, o que, de nenhum modo, afasta a necessidade de contínuas revisões e implementações de melhorias.

Constatou-se que a Auditoria Independente, de uma forma geral, desenvolveu suas atividades em padrão compatível com o porte e características da Instituição, não sendo identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer sua atuação. Em relação à Auditoria Interna, constatamos sua progressiva efetividade, com demonstrações de evoluções, quer na metodologia adotada, quer na estruturação e na qualidade de seus relatórios. Considerando o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Risco implantado, a efetividade da Auditoria Interna e a abrangência e a eficácia dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente, assim como seu respectivo Relatório sobre as Demonstrações Financeiras, este Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012 apresentam adequadamente a posição Financeira e Patrimonial da Agência de Fomento do Paraná S.A. em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, à legislação societária brasileira e às normas editadas pelo BACEN.

Curitiba, 12 de março de 2013

Kedny Siqueira Bostelmann
Coordenador

Arwed Baldur Kirchgässner
Membro Suplente

Jefferson Rocha
Membro Qualificado

Francisco Xavier de Oliveira
Membro Efetivo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Agência de Fomento do Paraná S.A. - Curitiba - PR
Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Fomento do Paraná S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e informações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos

da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento do Paraná S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pela Instituição. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 12 de março de 2013



KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-F-PR

Marcello Palamartchuk
Contador CRC PR-049038/O-9

www.fomento.pr.gov.br